

^{Educação} Mensalidade preocupa pais no retorno às aulas

LEDICE ARAÚJO

As escolas particulares de Primeiro e Segundo Graus do Rio de Janeiro voltam amanhã às atividades normais, depois de 18 dias de greve dos professores. Se, de um lado, os donos das escolas estão aliviados das tensões decorrentes das difíceis negociações e já planejam um recurso para o repasse integral às mensalidades do reajuste salarial concedido aos professores, agora os estudantes e seus pais é que começam a "esquentar a cabeça" com o pagamento das novas mensalidades e com a reposição das aulas, para que se cumpra a exigência legal de 180 dias letivos sem um rebaixamento ainda maior da qualidade do ensino.

Na formulação do acordo, os professores conseguiram dos patrões a promessa do pagamento dos dias parados e para isso se comprometeram a compensar os dias perdidos de aulas (efetivamente 11, considerando os fins de semana e feriados da Semana Santa. Mas na aplicação desse trato, surgiu a proposta dos professores de uma indefinida "reposição pedagógica", que provocou muitas dúvidas e abriu uma acirrada polémica entre todos os envolvidos: pais, alunos, professores e diretores de escolas. O Conselheiro do Conselho Estadual de Educação Nei Suassuna, proprietário do Colégio Anglo Americano, manifestou as primeiras dúvidas sobre a viabilidade dessa proposta:

— Não entendo essa tal compensação pedagógica, a não ser em caso de aquiescência da Secretaria de Educação. Há um currículo a ser cumprido em 90 dias letivos por semestre. Se houver aulas à tarde ou modificação da carga horária diária, estas inovações terão que ser aprovadas oficialmente.

Preocupados com o questionamento dos pais e responsáveis sobre o pagamento e a reposição das aulas perdidas, representantes de 22 escolas católicas voltaram a se reunir na última sexta-feira no Colégio Santo Antônio Maria Zacarias, Catete, e saíram de lá com um consenso: o calendário escolar deve ser

reordenado harmonicamente, de forma a atender às exigências legais e aos interesses dos pais e professores. Segundo o Reitor do Zacarias, padre Erich Georg Hennings, ficou combinado que haverá aulas nos dias normalmente "enforcados" com os feriados e um prolongamento de aulas por oito dias nas férias de julho.

— O primeiro fato considerado foi o do dispositivo legal de 180 dias letivos, que deve ser cumprido. O segundo é uma questão de justiça: os pais pagam pelos serviços prestados; o terceiro é o imperativo pedagógico de que os alunos precisam aprender. Vejo esta idéia de reposição pedagógica como o tradicional jeitinho brasileiro.

Embora na discussão do acordo no Tribunal Regional do Trabalho, tenha ficado acertado que a reposição estaria a critério dos colégios, muitos diretores esperam maior esclarecimento dos sindicatos patronal e dos professores sobre a questão. Em princípio, pretende-se estender as aulas por uma semana ou pouco mais nas férias de julho.

— Gostaria de saber com clareza como se fará essa compensação pedagógica. Penso que seria condensar um pouco mais o conteúdo do ensino, mas temos um fato real, que são os 11 dias sem aulas. Acho que o prolongamento por uns dias em julho teria um rendimento melhor — disse a Irmã Nelma, do Colégio Santos Anjos, na Tijuca.

No Educandário Madre Guell, no mesmo bairro, as aulas reiniciaram na quarta-feira e a direção conta apenas o déficit de oito dias, que será coberto em julho. O Colégio Batista, também na Tijuca, ainda não definiu o esquema de reposição porque, segundo seu Diretor, Rubens Ghinov, tudo depende de um entendimento com os professores, explicando:

— O que houve na realidade foi uma perda de cinco por cento, mais ou menos, no calendário escolar. Pensamos que não deverá acontecer a reposição. Com maior esforço e dedicação, será possível recuperar o programa atrasado.